



# DN

## DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Sexta-feira, 17 de Maio de 2024 - Edição nº5082

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400  
Propriedade: Media - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003  
Redacção e Administração: Rua Dom João Castro, 321- Maputo - Moçambique  
Telefone: 844719596 ou 875431598  
E-mail: dndemoc@gmail.com

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),  
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



25 anos ao seu dispor - Tel: 21 492706/7  
Rua Dom Joao Castro, 321 - Maputo  
miramarkayakwanga@tdm.co.mz

### CONGRESSO DA DISCÓRDIA

## Ossufo Momade reeleito líder da Renamo

(Maputo) O congresso da Renamo reconduziu Ossufo Momade como presidente do maior partido da oposição, obtendo a maioria dos votos.

Segundo dados provisórios divulgados pelo partido cerca das 2h00, Ossufo Momade venceu a eleição com 383 votos, dos cerca de 700 congressistas que participam no sétimo congresso, que decorre desde quarta-feira em Alto Molócue, província da Zambézia.

A Renamo é liderada desde 17 de Janeiro de 2019 por

Ossufo Momade, 63 anos, eleito após a morte do líder histórico do partido, Afonso Dhlakama (1953-2018).

O congresso, que ainda decorre, ficou marcado pela exclusão da candidatura à liderança de Venâncio Mondlane, deputado e candidato do partido nas eleições autárquicas de Outubro de 2023 ao município de Maputo, por não cumprir os requisitos do perfil definido pelos órgãos do partido.

Mondlane ainda recorreu aos tribunais para forçar a inclusão da sua candidatura, mas, apesar de uma providência cautelar que foi aceite pelo tribunal, o congresso não alterou

a lista de candidatos submetidos à votação nem permitiu a sua entrada na reunião magna.

Moçambique realiza em 9 de Outubro eleições gerais, que incluem, além de legislativas e provinciais, presidenciais, às quais já não pode concorrer o actual Presidente, Filipe Nyusi, por ter atingido o limite constitucional de dois mandatos.

Após a eleição do presidente, a Renamo terá de clarificar qual o candidato que vai apoiar ao cargo de Presidente da República nas eleições de Outubro, que, por norma, é o líder do partido. **(Redacção)**

### MESMO SEM APOIO DA RENAMO

## Venâncio Mondlane admite concorrer a Presidente da República

(Maputo) O deputado Venâncio Mondlane acusa a Renamo de violar uma ordem do tribunal que permitia a sua participação no sétimo congresso da maior força da oposição, não descartando concorrer à Presidência de Moçambique

sem apoio do partido.

“A decisão que ordenava à mesa do congresso para eu entrar na tenda, no congresso, foi desobedecida pelos órgãos jurisdicionais do partido (...), o responsável da área jurisdicional negou assinar a notificação do tribunal”, acusou ontem Venâncio Mondlane, deputado

pela Renamo e que tinha anunciado a candidatura à liderança do partido no congresso, que decorreu quarta e quarta-feira em Alto Molócue, província da Zambézia, a qual não foi aceite.

Em declarações aos jornalistas, Mondlane explicou que interpôs uma



Publicidade

## AVISO

### Renovação de assinaturas para 2024

A direção comercial da Media Jornalistas Associados, empresa proprietária do jornal *DIÁRIO DE NOTÍCIAS (DN)*, informa que está aberta para novas subscrições e renovação de assinaturas para o ano 2024. Por favor contactar através do e-mail [diariodenoticias@tv cabo.co.mz](mailto:diariodenoticias@tv cabo.co.mz) ou pelos telefones celulares 84 4719596 / 820720400.

Atenciosamente  
Sector Comercial

providência cautelar, garantindo que a mesma foi aceite pelo Tribunal Distrital de Alto Molócue, autorizando a sua participação no sétimo congresso do partido.

Na terça-feira, o porta-voz do maior partido da oposição, José Manteigas, disse que o deputado e candidato pela Renamo à autarquia da cidade de Maputo nas eleições de Outubro de 2023 não ia participar do congresso porque foi reprovado - como representante do partido à reunião magana - na eleição à nível provincial.

“O processo eleitoral começa no distrito. Um indivíduo pode passar no distrito, mas não passar na província e é o caso dele, ele foi eleito no distrito, mas quando chegou na província foi chumbado”, disse José Manteigas.

Alegou mesmo que a decisão do tribunal, que permitiria a sua participação, não foi cumprida pelo partido e que levou o mesmo tribunal a emitir ontem um ofício que “ordenava ao comando distrital da Polícia a acompanhar o Venâncio para que tivesse acesso ao congresso”. “O comando distrital da Polícia também se recusou a cumprir a ordem do tribunal, que é uma coisa gravíssima”, acrescentou Mondlane.

O deputado, cuja candidatura à liderança do partido foi excluída pe-

los requisitos definidos pelos órgãos internos (período de militância), garantiu ontem que “passaria como rolo compressor” neste congresso e que ia “esmagar tudo e todos” concorrentes durante a eleição do presidente da Renamo, assumindo que esse foi o motivo da não aceitação da sua candidatura.

“Isto não é falta de modéstia (...), se alguém acha que estou a fazer ‘bluff’, então que me permitam no congresso, entrar neste momento, e dizerem para concorrer. Eu te garanto de certeza que eu não saio com menos de 80% de votos daquele congresso”, disse Venâncio Mondlane aos jornalistas.

Afirmou que tinha apoio suficiente, se tivesse participado no congresso, para ser proposto pelo próprio órgão ao cargo de presidente da Renamo.

Questionado sobre o seu futuro, Mondlane não descartou a possibilidade de concorrer para Presidente de Moçambique nas eleições gerais de 09 de Outubro sem o apoio da Renamo, decisão que tomará após o fim do congresso da Renamo.

“Vamos ponderar todas as possibilidades que existem (...) nós não vamos desprezar nenhuma opinião, vamos respeitar todas elas e vamos levá-las para um debate dentro da nossa

própria estrutura de sustento à minha candidatura, depois disso eu vou tomar a decisão”, declarou.

Ossufo Momade foi reconduzido à liderança da Renamo, posição que disputava com Elias Dhlakama, irmão do líder histórico do partido (Afonso Dhlakama), Ivone Soares, deputada e antiga chefe de bancada parlamentar, André Magibire, antigo secretário-geral, Anselmo Vítor, chefe do departamento de formação, e Alfredo Magumisse, membro da Comissão Política.

Juliano Picardo, presidente do conselho provincial de Tete, Pedro Murema, vogal do conselho provincial da cidade de Maputo e Hermínio Morais, membro da Comissão Política também estavam na lista de candidatos à liderança da Renamo.

Moçambique realiza em 09 de Outubro eleições gerais, incluindo presidenciais, às quais já não pode concorrer o actual Presidente, Filipe Nyusi, por ter atingido o limite constitucional de dois mandatos.

Após a eleição do presidente, a Renamo terá de clarificar qual o candidato que vai apoiar ao cargo de Presidente da República nas eleições de Outubro, que, por norma, é o líder do partido. **(Redacção)**

## POLVOROSA SOBRE NOVAS TARIFAS DE TELECOMUNICAÇÕES

# Governo diz que diferendo exige diálogo

**(Maputo)** O ministro dos Transportes e Comunicações defende o diálogo para a resolução dos diferendos sobre as novas tarifas aplicadas pelos operadores de telecomunicações no país, convidando as partes a “expor os seus argumentos”.

“O caminho para a solução é sempre o diálogo (...) Eu não acredito que não haja soluções para os problemas, mesmo os mais bichudos, desde que haja o espaço para a gente conversar”, disse à comunicação social Mateus Magala, à margem da conferência nacional das comunicações, em Maputo.

Em causa está a alteração dos serviços de telecomunicações no país, nomeadamente o fim de pacotes ilimitados, em consequência da fixação de tarifas mínimas pelo Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM), órgão regulador, o que está a motivar queixas dos clientes, segundo o director executivo da associação de

defesa de consumidor ProConsumer.

Sem especificar números, Alexandre Bacião disse que a instituição de defesa do consumidor tem recebido reclamações, desde 04 de Maio, sobre a alegada subida de preços dos pacotes, sobretudo os de dados móveis, causando “um grande constrangimento ao consumidor”.

Segundo o ministro dos Transportes e Comunicações, é preciso que se encontre um espaço em que se possa conversar com “ouvidos de ouvir” e com as mentes abertas, para identificar soluções justas” para o regulador das telecomunicações e para os clientes.

“Convidamos as partes para exporem os seus argumentos, as suas razões, e chamar à razão”, disse o governante, referindo que é uma “discussão aberta para a “academia, sociedade civil, Governo e sector privado”.

O presidente do INCM, Tuaha Mote, disse, na semana passada, que

orientou as operadoras das telecomunicações a retirar os pacotes ilimitados de dados e de voz para evitar o “colapso do mercado” e a “concorrência desleal”, visando também permitir maior abertura do mercado para atracção de investimentos no sector. Activistas moçambicanos convocaram para sábado uma marcha nacional contra as novas tarifas aplicadas pelos operadores de telecomunicações, pedindo a revogação da resolução que fixa tarifas mínimas.

“Independentemente dos resultados do 18 de Maio [dia da marcha anunciada], se esta decisão não for revogada, nós continuaremos em marcha e em acção. A campanha vai continuar até ao dia da revogação e nós estamos prontos para convocar e agitar cada cidadão que está a sentir a dor na pele”, disse Quitéria Guirengane, representante do grupo de activistas,

⇒

após mais um encontro, em Maputo, com dirigentes do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), entidade reguladora.

A Organização Não-Governamental (ONG) Misa Moçambique também pediu a revogação das novas tarifas, alegando que “violam” os direi-

tos dos moçambicanos, através de um requerimento entregue, na quarta-feira, ao regulador das telecomunicações.

Também a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Associação dos Estudantes Finalistas Universitários de Moçambique (AEFUM) consideraram “desajustadas” as novas tarifas,

afirmando que afectam sobretudo estudantes e jovens.

O INCM tinha anunciado que, a partir de 04 de Maio, os serviços de telecomunicações iriam ficar mais baratos, em média, com a entrada em vigor das tarifas em que as operadoras adequam os valores mínimos. **(Redacção)**

## NÚMERO CONSIDERÁVEL DE MOÇAMBICANOS SOBREVIVE DESTA ACTIVIDADE

# Garimpo ilegal é um dos principais desafios do sector das minas

**(Maputo)** O ministro dos Recursos Minerais e Energia aponta o garimpo ilegal como um dos principais desafios do sector das minas no país, admitindo que um número considerável de moçambicanos sobrevive da mineração ilegal.

“Uma das áreas onde temos grandes desafios é a área de minas [...] Na área informal, temos de reconhecer, muitos moçambicanos dedicam-se à mineração [ilegal] como forma de garantir o seu sustento, sem observância das regras ambientais e de segurança que são comuns”, declarou Carlos Zacarias.

O governante falava ontem à margem da abertura da reunião do Conselho Coordenador do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, que decorre em Mossuril, na província de Nampula. Apesar dos desafios, prosseguiu Carlos Zacarias, o Executivo tem procurado dar a “devida atenção” à mineração ilegal.

“Nós, por vezes, assistimos acidentes graves, que até levam a morte de pessoas. Esta área de mineração em

pequena escola é uma área que temos de dar bastante atenção”, acrescentou o governante.

Entre as várias empresas de mineração que operam em Moçambique, a Montepuez Ruby Mining (MRM), que explora rubis no norte de Moçambique, tem sido a que mais se queixa do impacto do garimpo ilegal no país, denunciando o que classifica de “escravatura moderna” a que muitos jovens são sujeitos, a mando de traficantes de pedras preciosas no mercado internacional, nas jazidas dentro da concessão da empresa.

Desde o início da exploração mineira (2012), dezenas de garimpeiros ilegais perderam a vida em vários acidentes nos quase 34 mil hectares de concessão que a companhia, detida em 75% pelo grupo Gemfields, tem em Cabo Delgado.

Além do desafio face ao garimpo ilegal, Carlos Zacarias destacou os planos de expansão da rede eléctrica no país, que pretende atingir em 2030 o acesso universal à energia com medidas que incluem a expansão da

infra-estrutura eléctrica e soluções fora da rede, segundo a Estratégia de Transição Energética.

“Só nesta província [Nampula], no que diz respeito à meta, nós andamos entre 60 e 70%. Queremos aproveitar esta ocasião [o conselho coordenador] para tentar resolver alguns aspectos que não nos permitiram, até este momento, concluir a electrificação”, acrescentou.

De acordo com o balanço económico e social da execução do Orçamento do Estado de Janeiro a Junho, foram realizadas neste período 194.767 novas ligações domiciliárias de energia da Rede Nacional e Sistemas Isolados, elevando a taxa de cobertura nacional a 49,4% dos domicílios, contra os 47,8% no final de 2022 ou os 40,3% em 2021.

Sob lema “Por uma transformação e uso local dos recursos minerais e energético para o desenvolvimento”, a reunião do conselho coordenador em Nampula decorre até esta sexta-feira, juntando vários quadros do ministério e presidentes de diversas empresas públicas. **(Redacção)**

## MOSCOVO ASSUME TRATAR-SE DE MORTE NATURAL

# MP renuncia a investigação à morte de embaixador da Rússia

**(Maputo)** O Ministério Público (MP) renunciou à abertura de um procedimento criminal à morte, em 11 de Maio, do embaixador da Rússia em Maputo, Alexander Surikov, disse ontem Nazimo Mussá, porta-voz da Procuradoria-Geral da República (PGR).

“As entidades diplomáticas russas

assumiram tratar-se de morte natural. E por documento oficial remetido ao Ministério Público, na Procuradoria da cidade [Maputo], isentaram as autoridades moçambicanas de qualquer responsabilidade sobre este assunto, o que significa que o processo que tinha sido instaurado acabou sendo arquivado”, disse Mussá.

Alexander Surikov, 68 anos, foi encontrado morto, no sábado à noite, na residência oficial em Maputo e, segundo a Polícia, as autoridades russas não autorizaram qualquer exame ao corpo, segundo informação anterior da Polícia. “O Ministério Público renuncia o procedimento criminal

⇒

(...). Uma vez arquivado o processo não vai prosseguir ao nível do nosso território”, acrescentou.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação garantiu em 14 de Maio que estava “a trabalhar em coordenação” com a Embaixada da Rússia em Maputo para esclarecer as circunstâncias da morte do embaixador Alexander Surikov, no sábado.

“O Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação está a trabalhar em coordenação com a Embaixada da Federação da Rússia, em Maputo, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e Consulares, para o esclarecimento das circunstâncias da sua morte”, afirmou o porta-voz daquele ministério, José Matsinhe, numa declaração à imprensa, em Maputo.

Segundo o porta-voz, os contactos visam, igualmente, “garantir a solenidade devida na transladação do corpo do malgrado para a Federação da Rússia”.

O ministério reconheceu que o embaixador Surikov, nas funções

desde 2017, “não mediu esforços para a materialização” do “estreitamento das relações de amizade e cooperação” entre os dois países, salientou.

O Presidente Filipe Nyusi endereçou no mesmo dia uma mensagem de condolências ao homólogo russo, Vladimir Putin, pela morte em Maputo do embaixador Alexander Surikov, assegurando apoio no processo “subsequente”.

“A partida precoce do embaixador Surikov, um diplomata dedicado, com qualidades excepcionais que, com profissionalismo ímpar, soube defender os interesses do seu país, enquanto impulsionava uma cooperação profícua entre os nossos dois países, deixa um vazio imenso”, refere a mensagem de condolências do Presidente da República.

Segundo uma informação da Polícia da República de Moçambique (PRM), a “presunção” da investigação é de “morte súbita por causas indeterminadas”, contudo, quando o piquete policial chegou à morgue do Hospital Central de Maputo “constatou que o corpo já tinha sido acondicionado”.

“E, por orientações vindas da Rússia, as quais chegaram à equipa técnica do piquete através do cônsul daquela Federação, o senhor Yuri Doroshenkov, o qual esteve presente na morgue acompanhado com o encarregado de segurança da embaixada, foi orientado a não fazer qualquer (...) exame do corpo e muito menos autópsia”, refere-se na informação.

Numa das poucas declarações à comunicação social, o embaixador Surikov tinha transmitido, em 02 de Fevereiro, a disponibilidade de Moscovo para apoiar Maputo no combate ao terrorismo em Cabo Delgado, em caso de uma solicitação, assinalando, contudo, que o apoio que o país está a receber é suficiente.

“Nós temos experiência de largos anos de cooperação na esfera militar com Moçambique, ajudamos este país a construir as suas forças armadas e eles sabem perfeitamente sobre as nossas capacidades. Se eles necessitarem de alguma ajuda específica, estamos sempre ao lado”, declarou na altura. **(Redacção)**

---

**TAMBÉM FORAM DANIFICADOS MAIS DE 4.300 CASAS E 700 QUILOMETROS DE ESTRADAS**

## Eventos extremos mataram 62 pessoas em Moçambique até Março

(Maputo) Eventos climáticos extremos em Moçambique provocaram a morte de 62 pessoas até Março, danificando ainda mais de 4.300 casas e 700 quilómetros de estradas, segundo dados oficiais.

De acordo com o documento da execução orçamental de Janeiro a Março, estes fenómenos, sobretudo chuvas intensas e fortes ventos, “provocaram a morte de 62 pessoas maioritariamente devido ao desabamento de paredes e por afogamento”. “Foram registados 152 feridos e um total de 181.708 pessoas afectadas, o correspondente a 37.279 famílias”, refere o documento.

O levantamento do Governo indica que foram igualmente afectadas 4.203 casas, das quais 921 totalmente destruídas, 556 salas de aulas, afetando 102.001 alunos,

137 unidades sanitárias, 21 igrejas e 147 postes de energia.

Estes “eventos extremos” afectaram igualmente o sector de estradas numa extensão de cerca de 728 quilómetros, incluindo a destruição de nove pontes, cinco pontões e 40 aquedutos, entre outros, enquanto no sector da agricultura foram afectados 118.268 hectares de culturas diversas, dos quais 56.240 hectares “ficaram perdidos”, enquanto no sector das pescas foram afectadas 451 embarcações da pesca artesanal.

Moçambique é considerado um dos países mais severamente afectados pelas alterações climáticas no mundo, enfrentando ciclicamente cheias e ciclones tropicais durante a época chuvosa, que decorre entre Outubro e Abril.

O período chuvoso de

2018/2019 foi dos mais severos de que há memória em Moçambique: 714 pessoas morreram, incluindo 648 vítimas dos ciclones Idai e Kenneth, dois dos maiores de sempre a atingir o país.

Já no primeiro trimestre do ano passado, as chuvas intensas e a passagem do ciclone Freddy provocaram 306 mortos, afectaram no país mais de 1,3 milhões de pessoas, destruíram 236 mil casas e 3.200 salas de aula, segundo dados oficiais do Governo.

No final de Setembro passado, o Presidente Filipe Nyusi apelou para a preparação da população e das entidades para os previsíveis efeitos do fenómeno ‘El Niño’ no país nos meses seguintes, com previsões de chuvas acima do normal e focos de seca. **(Redacção)**